

Degração da Audiência Pública de Apresentação do RIVI 7LM Planaltina

Legenda:

(mm:ss): tempo da fala.

(...): trechos ou palavras inaudíveis.

...: pausa.

(?): palavra ou trecho sem compreensão.

Expressão(?) dúvida no entendimento escrito

Senhora Natália (00:13)

Boa noite a todos, vamos dando início a nossa audiência pública de apresentação do relatório de impacto de vizinhança para o parcelamento do solo e do licenciamento de licença prévia do empreendimento denominado 7 LM Planaltina, localizado na RA de Planaltina, na Fazenda Mestre D'armas, fica ali às margens da DF 128. É, a gente quer, primeiramente, dar as boas-vindas, a todos vocês e agradecer a participação, dizer que em mais uma audiência pública a gente esperar alcançar o maior número de participantes e ouvintes das contribuições para esse licenciamento. E essa audiência é, da mesma forma como as demais, ela visa realmente ter esse alcance, a maior participação nesses licenciamentos e essa ferramenta aqui do YouTube mais uma vez se consolida como um veículo de informação e de maior divulgação. Bom, os dados da nossa audiência. Hoje 16 de fevereiro agora as 19 horas se inicia nossa audiência e ela vai pelo regimento até às 21h45min. Nesse prazo já está incluído os 15 minutos de intervalo para que a gente receba as contribuições e perguntas. O embasamento legal da nossa audiência ela está principalmente prevista na instrução normativa do IBRAM de 27/08/2020. Essa audiência fica instituída nesse instrumento e passa a valer desde então, mesmo com fora do contexto de pandemia. Os dados do processo, vamos lá. O processo de licenciamento em curso aqui, ele é a numeração, 39100009195/2020-12. O empreendimento se denomina 7 LM Planaltina. O tipo de licença é a licença prévia. Atividade que é o parcelamento do solo urbano, o interessado é mesmo nome 7 LM Empreendimentos Imobiliários Limitada e a empresa responsável pela elaboração desse estudo é a Paranoá Consultoria e Planejamento Ambiental. Houve já um aviso de audiência pública nas mídias oficiais no diário oficial, de acordo com a legislação e essa audiência, mais uma vez ela tem esse objetivo de apresentar o RIVI nesse processo de licenciamento que a gente já comentou e também colher essas sugestões e quaisquer outras contribuições do público. A gente também quer lembrar nesse momento, qual é o trâmite do licenciamento ambiental. Então, esse licenciamento, dessa atividade, ele é trifásico, então nós temos a licença prévia que essa fase que estamos agora apresentando o estudo, a licença de instalação e a licença de operação. Na licença de instalação, onde ocorrer propriamente obras e a licença de operação, onde o empreendimento fica apto a ser ocupado. Aqui não é um fórum de decisão ainda a gente ainda tá na análise do processo. Não há qualquer decisão favorável ao entendimento até então, mas é mais uma forma da gente conseguir ter elementos suficientes para tomada de decisão. E sobre a transmissão, é aqui no canal do YouTube a gente tem essa transmissão para aqueles que não têm condição de acessar, mas aqueles que ainda não tem, tem um ponto de acesso físico, é de acordo com a legislação, que assim prevê. E esse ponto de acesso fica no auditório da Associação Comercial de Planaltina DF, a ASCIP, localizado no LOC, Quadra 2, bloco um, Setor Comercial Central Planaltina. Bom, aí as contribuições, elas são feitas através de e-mail ou WhatsApp ou próprio chat aqui do YouTube é possível a gente vai acompanhando e recolhendo as contribuições. Bom, o WhatsApp para contribuição é o (61) 99248 9698 em formato de texto ou áudio. O e-mail de contribuição é licenciamento.ibram@gmail.com. O formulário está lá também no site do IBRAM, no qual é possível fazer a contribuição por escrito envie para esse e-mail. WhatsApp, e-mail também podem ser encaminhados documentos que serão anexados a ata, caso seja do interesse da do participante. É o chat do YouTube, é um canal válido para contribuições. E ele fica aberto para comentários também. Algumas dúvidas a gente responde até por lá mesmo. Qualquer pessoa pode se manifestar na audiência pública de forma online. Então, esses canais estão disponíveis para isso e a gente pede para que se identifique. É com nome, sobrenome e de repente, associação ou grupo que participe para melhor qualificar a resposta. As mensagens que não contêm identificação, elas não serão incluídas. Então, a gente reforça a importância de identificá-los. Essas manifestações, elas devem ser, sempre que possível, realizadas de forma objetiva para melhor entendimento aqui é dos participantes e das pessoas que irão apresentar. De sempre de forma cordial, respeitosa. As manifestações a gente prefere que sejam feitas em forma de texto para facilitar e otimizar as tarefas aqui, mas aqueles que quiserem fazer por áudio o façam da forma mais esclarecedora possível. A ordem de resposta vai ser de acordo com a ordem de chegada das perguntas. No entanto, a gente pode agrupá-las por assuntos e, assim, mudar um pouco a ordem da chegada. Se não houver tempo hábil para responder todos os questionamentos, eles serão respondidos posteriormente e serão incluídos da mesma forma na ata dessa audiência. Então, mesmo não tendo tempo suficiente as informações chegaram mesmo não sendo transmitidas aqui. Independente de ter participado ou não transmissão ao vivo, qualquer cidadão poderá, no prazo máximo de até 10 dias contados da data de hoje encaminhar suas contribuições para outro e-mail que não o primeiro que informamos. Esse e-mail é SULAM S U L A M de Maria sulam@ibram.df.gov.br onde serão posteriormente respondidos e incluídos na ata. O vídeo também vai ficar salvo aqui no canal do YouTube. Então, poderão assistir a qualquer a qualquer momento e poder também obter

as informações que aqui foram para passadas. A duração da audiência tem no máximo, de 2 horas e pode ser encerrada antecipadamente caso não haja mais conteúdo a ser transmitido, tampouco perguntas a serem respondidas. Mas se for atingido o prazo máximo, ela pode ser prorrogada por mais 30 minutos. Ela dividida em 4 blocos. Primeiramente abertura, que é essa que a gente está fazendo aqui agora com os regramentos, o regulamento todo, a exposição técnica que é feita pela equipe que elaborou o estudo, o RIVI no caso. Depois dessa apresentação, a gente faz um intervalo de 15 minutos para que sejam enviadas as perguntas a gente consiga que reunir e agrupar por assuntos. E o último momento é a leitura e o acompanhamento dessas manifestações, essas respostas, caso sejam, perguntas que foram interessadas a mesa e por fim, o encerramento. É, vou encerrando aqui essa apresentação e vou passar a palavra para o representante da Paranoá consultoria e Planejamento Ambiental, seu Marcelo Pedrosa Pinelli, que também é o coordenador do estudo, para que apresente o RIVI. Obrigada.

Senhor Marcelo Pedrosa Pinelli (08: 42)

OK. Obrigado Natália. Bom, vamos dar início à apresentação do estudo. O estudo será apresentado por mim e pelo técnico responsável pelo urbanismo e todos os técnicos responsáveis pelos estudos estão disposição para esclarecer qualquer dúvida. Podemos dar início a apresentação do estudo. Boa noite, vamos fazer a apresentação do relatório de impacto de vizinhança do empreendimento denominado o parcelamento de solo 7LM em Planaltina. Localização. Empreendimento está localizado na região administrativa de Planaltina, a oeste do núcleo tradicional da cidade, entre a DF 128 Ribeirão Mestre D'armas e Avenida Goiás. Em relação às bacias hidrográficas, o empreendimento se encontra na bacia hidrográfica do Rio São Bartolomeu. (?) a área encontra-se totalmente inserida em zona urbana de uso controlado 2. A zona urbana de uso controlado 2 tem como objetivo compatibilizar o uso urbano com a conservação dos recursos naturais, promover a recuperação ambiental e proteção dos recursos hídricos, permitir o uso predominantemente habitacional de baixa e média densidade, e adotar e adotar medidas de controle ambiental voltadas para o entorno imediato da unidade conservação. O empreendimento situa-se ainda é limítrofe com a zona urbana consolidada do centro urbano de Planaltina. Em relação às outras unidades conservação empreendimento encontra-se próximos do Parque Ecológico Sucupira, Parque Ecológico e Vivencial Retirinho, Parque Ecológico Lagoa Joaquim de Medeiros, Parque Ecológico DER, Parque Ecológico Instância, além de outros um pouco mais distante. Além desses empreendimentos, ainda situa-se na vizinhança da APA do Planalto Central. Em relação às áreas especialmente protegidas, ainda registrado na área do empreendimento, a presença de APP de córrego e APP de vereda. Em relação às unidades de conservação, área do empreendimento situa-se integralmente dentro da APA do São Bartolomeu. Dentro desta APA, o empreendimento interfere com a zona de preservação da vida silvestre, com a zona de ocupação especial de interesse ambiental e a zona de ocupação especial de qualificação. A zona de preservação da vida silvestre não permite edificação ou instalação de qualquer tipo de empreendimento ou estrutura urbana. A zona de ocupação especial de interesse ambiental ela permite a instalação de novos parcelamentos do solo, desde que se tenha aprovação de um projeto urbanístico, instalação de infraestrutura, proteção do solo e equipamentos que permitem recarga de aquífero. Já a zona de ocupação especial de qualificação, ela busca qualificar as ocupações residenciais existentes irregulares ou ofertar novas áreas habitacionais e compatibilizar o uso urbano com a conservação dos recursos naturais. Quanto aos aspectos fundiários, a gleba encontra-se registrada no oitavo cartório de registro de imóveis sob o número 15911, de propriedade da Marques Empreendimentos Imobiliários e Agropecuários Limitada. A área não pertence ao patrimônio da TERRACAP conforme informado pelo Ofício 409 de 2021. Em relação ao ZEE uma vez identificadas as fragilidades ambientais da área, conforme os mapas de riscos constantes naquele documento, foram propostas medidas de controle ambiental e adequações do projeto urbanístico. O ZEE traz quatro riscos que são riscos de contaminação do subsolo, risco de perda de solo por erosão, risco de perda de recarga de aquífero e risco de perda de cerrado nativo, destes, apenas risco de contaminação do subsolo apresenta valor significativo com um valor muito alto. Os demais apresentam valor baixo para a perda de solo, por erosão e recarga de aquífero e inexistência de cerrado nativo na área do parcelamento. Em relação ao risco de contaminação do subsolo o projeto urbanístico e o plano de controle ambiental deverá prever mitigações este risco. Neste caso, considera-se o uso obrigatório de rede coletora de esgoto e proibição de instalação de atividades de elevado risco de contaminação do subsolo. (?) A superposição dos diversos fatores ambientais vistas até agora nos permitiram é definir a área de projeto. Neste caso, foram suprimidas da poligonal original a área de APP, de drenagem de Vereda, toda a poligonal da zona de preservação da vida silvestre e mais a supressão de uma parte da poligonal, definida como não parcelada. Assim, a área útil e passível de urbanização é a área marcada em vermelho na tela. Essa poligonal será utilizada. É um projeto urbanístico a seguir.

Senhor Jandson Queiroz (13:57)

Vamos apresentar agora a parte relacionada à proposta urbanística. É, existem diretrizes específicas já emitidas pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano para a poligonal. A poligonal aí na imagem está representada por uma linha contínua vermelha. Essas diretrizes específicas ela recebe a nomenclatura de DIUPE 26 de 2001 que apresentam zoneamento para a área aonde a esquerda na poligonal, pode-se verificar uma zona pintada de laranja chamada de zona B, cuja área é passível de ocupação e de parcelamento, e a direita, uma área verde, é cuja classificação é por área de

proteção. Vemos também as diretrizes do sistema viário, pode-se observar ao sul da poligonal uma linha tracejada entre preto e vermelho classificada como uma via de atividades cuja a linha representa Avenida Goiás, que está lá, implantada na região ou parcialmente implantada na região. E vemos entrando a poligonal, separando as 2 zonas zona B e a zona de preservação, uma linha tracejada preto e verde é cuja classificação é de uma via de uma via parque implantada em no trecho. A partir das diretrizes urbanísticas, foi elaborada a proposta de parcelamento da área aonde se verifica naquele trecho mais à esquerda, um parcelamento feito por meio da criação de 3 lotes pintados de cinza na imagem, cujo uso é residencial multifamiliar misto é cuja atividade é CSIR2 NO que pode receber comércio e serviços, institucional e residencial de nível 2, que é um nível maior regional, sendo que nenhuma das atividades ela é obrigatória. Podemos olhar no começo do parcelamento uma área amarela cuja classificação é RO 1 destinada residencial unifamiliar. E vemos mais ao norte do empreendimento um outro lote pintado de azul, que é destinado ao equipamento público e uma área verde escuro destinada a uma praça, parque urbano ali no começo da poligonal. Pode-se observar, aqui existe um trecho bem junto da Avenida Goiás que não está efetivamente pintada. É um trecho destacado da poligonal que foi efetivamente utilizada como a poligonal de parcelamento. Mais a direita na imagem podemos verificar uma série de manchas verdes, uma mancha verde mais é escura, que é uma área de servidão destinada a uma CPVS que é uma zona de preservação da vida Silvestre. Mais ao norte dessa CPVS tem-se uma mancha cinza que é uma área de preservação permanente, não é, uma área de app e uma outra mancha verde, um pouco mais clara, que é também uma área de preservação, classificada como ZOEIA que é uma zona de ocupação especial de interesse ambiental. Avançando aqui na apresentação, temos exatamente a hierarquia viária que foi adotada no empreendimento, que segue exatamente o que determinou as diretrizes da presença da Avenida Goiás, na parte sul da poligonal de parcelamento, como uma via de atividades e adentrando a poligonal de parcelamento, uma outra linha verde que foi classificada como uma via parque e cuja o dimensionamento ela recebe um dimensionamento de uma via de circulação de vizinhança. Quando olhamos para o perfil dessas vias, a Avenida Goiás, ela, no trecho do empreendimento, ela tem largura que recebe a possibilidade de duplicação da via, sendo essa via duplicada também é separada por canteiro central, recebendo calçada dos 2 lados com passeio, faixa de serviço em faixa de acesso e de uma das extremidades recebendo também ciclovia. Todas devidamente dimensionadas para a adequada circulação de pessoas. No que se vê da via da via parque, ela recebe um dimensionamento de vias de circulação de vizinhança com a pista de rolamento de carros, com uma faixa em cada sentido, calçada dos 2 lados, com passeio, faixa de acesso e faixa de serviço, mais ciclovia de uma das extremidades devidamente dimensionada. Quando falamos das áreas do empreendimento, então, dos 47.78 hectares da poligonal de trabalho, tem-se que apenas 6,89 hectares são efetivamente áreas de parcelamento, correspondendo aquela mancha da zona B que a gente viu nas diretrizes urbanísticas corresponde apenas 14.43% da poligonal de trabalho permanecendo 40.88 hectares o que corresponde a 85.57% da poligonal de trabalho como a área não passível de parcelamento. Observando o quadro síntese do parcelamento, da área efetivamente parcelável, temos que essa área corresponde à 6.89 hectares e dessa área parcelável 4.52 hectares corresponde à área destinada aos lotes o que representa 65.6% da área efetivamente parcelada. Desses 65.6%, 9,82% foi destinada ao equipamento público, cuja área do lote tem 6.770 m² aproximadamente. É importante observar também que 8.19% da área parcelável foi destinada para espaço livre de uso público, correspondendo a uma área de 5.649 m², aproximadamente, cuja o somatório desse espaço livre de uso público e desse lote para equipamento público, somam 12.420 m², o que corresponde a 18.01% da área parcelável na poligonal de trabalho. Isso atende integralmente ao que designa a legislação urbanística que apresentam uma área mínima de 15% da poligonal parcelada como aquela destinada as áreas livres. Então, empreendimento atende integralmente a esse parâmetro. Quando olhamos para as áreas ambientalmente sensíveis no empreendimento, então a maior parte da área do empreendimento ela está designada para áreas de preservação. Temos aí a grande mancha verde mais escura que aparece na imagem, que é uma zona de preservação da vida silvestre, classificada como uma área não parcelada. E temos essa mancha mais clara na imagem como é uma área que está inserida na ZOEIA aqui é uma zona de ocupação especial de interesse ambiental, cuja a destinação é para um parque urbano ou parte de um parque urbano e cuja a APA, o zoneamento da APA designa que essa área a gente tem que ter ali 40% dela destinada na figura de uma servidão ambiental. Então, a tabela aqui ao lado exatamente demonstra isso que nós temos na ZOEIA mais de 40% dela designada como servidão ambiental, cuja a servidão ambiental, quando se soma o total das ZOEIA com a área de CPVS temos mais de 86% da área como um todo da agora da gleba como um todo destinada como uma servidão ambiental atendendo ao que determina o zoneamento da APA. Com relação a permeabilidade do solo na área, nós temos que mais de 50% da faixa é da zona de ocupação especial de interesse ambiental ZOEIA é mais de 50% dela permanece como a área permeável, também atendendo ao que determina o zoneamento da APA consequência das diretrizes urbanísticas e que, quando olhamos para o empreendimento, para a poligonal do empreendimento como um todo, em função da zona de preservação da vida silvestre dessa área da zona de ocupação de interesse ambiental, também já ali preservado como área permeável. Nós temos que desse total da poligonal, a gente tem mais de 90% da área, ela permanece integralmente como área permeável. No que diz respeito aos parâmetros urbanísticos propostos para os lotes privados que foram, digamos assim, propostos para serem implantados na área, no que diz respeito à atividade de residencial unifamiliar, que aí aparece com uso RO1 é designado que ele tenha um coeficiente básico de aproveitamento de um coeficiente máximo de 2 taxa de ocupação 60%, permeabilidade do solo de 30% no lote com altura máxima de 10 m, e os afastamentos que estão aí apresentados na tabela. Quando nós olhamos para os lotes destinados às atividades de uso misto na forma de residencial multifamiliar, cuja atividade, cujo uso prevista ao CSIR 2 NO que pode receber comércio

e serviços institucional, residencial de nível mais amplo, por isso que é classificado como 2 e nenhuma obrigatório, a gente tem os coeficientes designados como coeficiente básico de um coeficiente máximo de 2 taxa de ocupação de 72% taxa de permeabilidade 18%, altura máxima de 23 metros e as atividades dos afastamentos que estão aí apresentados na tabela em questão.

Senhor Marcelo Pedrosa Pinelli (25:02)

Diagnóstico ambiental. Os aspectos climáticos para estudos refletem as condições climáticas do Distrito Federal, no caso, são características 2 estações, uma seca e fria e quente e chuvosa. As temperaturas médias variam na ordem de 22°, com valor máximo na ordem de 27° e mínimo, na ordem de 15°. Ventos com direção leste e velocidades que variam de 8.9 a 14. A geologia da área, ela é caracterizada pela presença de um metarritmito da unidade R 4, este metarritmito ele é caracterizado pela alternância de metassilitos e metargilitos e quartzitos finos, que em camadas centimétrica com domínio da fração silte-argila, a espessura desse pacote é da ordem de 100 m de espessura, é, essas rochas apresentam uma boa resistência e são favoráveis à edificação. Solos que ocorrem na área de estudo são os latossolos. Os latossolos são solos vermelhos de comum ocorrência em todo o Distrito Federal. Estes solos são solos vermelhos ou amarelados, geralmente é homogêneo, com pouca diferenciação entre os horizontes ou camadas. Esses solos apresentam boa permeabilidade e também características favoráveis à edificação. O relevo da área de estudo apresenta-se pouco movimentado, com declividade inferior a 10%, em na maior parte da poligonal de estudo. Como pode ser visto pela imagem, o relevo ele é bastante plano e essa característica domina toda a poligonal. A caracterização dos aspectos geotécnicos da região foi realizada a partir da realização de 3 ensaios do tipo SPT. Esses ensaios permitiram identificar 3 camadas geotécnicas, a primeira caracterizada com solo argiloso entre zero e 7 m de profundidade, a segunda de solo, silte-arenoso, compacto de 7 a 9 m, profundidade, e a terceira, que foi caracterizado pela impenetrável a partir de 9 m de profundidade. Esses ensaios também permitem identificar a profundidade do nível do lençol freático, que, no caso, é varia de 1.7 a 4 m de profundidade. Quanto a suscetibilidade a erosão utilizou-se metodologia desenvolvida por Salomão e Rossi. Neste caso, utiliza-se a uma associação do tipo de solo e declividade, associação da área de estudo com solos latossolos, declividade inferior a 20%, classifica o local como pouco suscetível à erosão. Quanto aos recursos hídricos, foram realizadas análises de caracterização das águas superficiais e subterrâneas. Em relação às águas superficiais foram realizados 2 pontos de coletas, como pode ser visto no mapa ao lado, e foram amostrados 20 parâmetros tanto no período seco, quando no período chuvoso. Para os recursos hídricos superficiais apenas coliformes totais apresentam valor acima do estabelecido pela norma de qualidade. Para água subterrânea foi realizado a coleta em um ponto. A coleta também foi realizada em períodos seco e chuvoso. Foram avaliados 16 parâmetros e, assim como para água superficial apenas coliformes totais apresentou valor acima do estabelecido pela norma. A qualidade do ar foi realizada em 2 pontos da área de estudo, uma bem no centro da poligonal e uma na Avenida Goiás. Como pode ser visto no mapa ao lado. Foram avaliados os parâmetros, fumaça, partículas totais, partículas inaláveis, SO₂, CO₂ e NO₂ e todos os parâmetros avaliados apresentaram valor abaixo do estabelecido pela legislação. Para caracterização de ruído foram realizados na edição em 3 pontos. Um na Avenida Goiás, um na DF 128 e um no centro da poligonal. Foram realizadas medições diurno e noturno. Os resultados mostraram que apenas o ponto localizado no centro da poligonal apresenta seu de acordo com os limites estabelecidos pela legislação. A caracterização da flora do local foi realizada a partir de mapa de uso desenvolvido para esse estudo. No caso específico, observa-se que a área prevista para a instalação do empreendimento é caracterizada por área antropizada com árvores isoladas. O inventário Florestal realizar na área passível de supressão identificou 84 espécies, das quais 57 são espécies nativas. Novas espécies são, estão classificadas como patrimônio ecológico do Distrito Federal e 2 indivíduos estão listados como em perigo pela portaria número 443 de 2014. Para avaliação de fauna a metodologia, considerou-se inicialmente o levantamento de dados secundários e atividade de campo. Atividade de campo foi realizado durante um ciclo sazonal completo, compostos 3 campanhas e 7 ciclos amostrais. Foram levantadas informações referentes a fauna terrestre entomofauna, abelhas, herpetofauna, répteis, anfíbios, avifauna e mastofauna. Em relação à fauna aquática, foi avaliado ictiofauna. As metodologias de amostragem foram aprovadas pelo plano de trabalho do meio biótico e da fauna pelo IBRAM. Os métodos de amostragem envolveram armadilhamento específico para cada grupo e busca ativa, que corresponde a busca ou animais e vestígios. Nesse slide, a gente vê detalhado a metodologia adotada para cada grupo avaliado neste estudo. Os resultados dos levantamentos de fauna contabilizaram 247 táxons distribuídos em 3.852 indivíduos. O grupo das aves foi o mais representativo, com 156 espécies identificadas. Os resultados do levantamento de campo mostram que nenhum dos táxons registrados constam como ameaçada de extinção. É, quanto as espécies endêmicas do bioma cerrado 7 foram registradas em campo. Destes, 2 pertencem ao grupo da herpetofauna e 5 do grupo da avifauna. Vale ressaltar que no presente estudo, 21 táxons se apresentam como novos registros para o para a região. Destes, um grupo pertence aos invertebrados, 5 ao grupo de herpetofauna e 15 ao grupo de avifauna. Socioeconomia. A cidade de Planaltina, por ser o mais antigo núcleo urbano da região, já conta com diversos serviços como educação, saúde, cultura, assistência social, esporte, lazer, segurança, abastecimento, entre outros. Com uma população estimada de 177.400 pessoas 51,7% dessas pessoas são do sexo feminino. A idade média da população é de 30 anos e a maioria da população, 53%, está na faixa entre 10 e 39 anos. Quando a educação, a maior parte da população apresenta, é nível médio completo. E fundamental incompleto. A renda média domiciliar da região é que está entre 2 e 5 salários mínimos. Quantas locais de trabalho, 42%

da população é, executam atividades na própria cidade de Planaltina e 37,3% realizam atividades no Plano Piloto. Infraestrutura.

Senhor Jandson Queiroz (32:25)

No que diz respeito à questão de infraestrutura relacionado ao abastecimento de água, foi feita consulta a CAESB é cuja a resposta por meio da Carta 82 de 2021, que acompanha o termo de viabilidade técnica TVT 033 de 2021, informa que não há um sistema de abastecimento de água implantado ou projetado para atendimento do empreendimento e cuja solução adotada pelo empreendimento é, preliminarmente, a solução de abastecimento de água por meio de poços profundos até que a CAESB consiga atender devidamente ao empreendimento. No que diz respeito ao esgotamento sanitário, é informado que a região onde se localiza o empreendimento está inserida na bacia de atendimento da ETE Planaltina, porém, não há um sistema de esgotamento sanitário implantado é projetada para que atenda ao empreendimento. A solução adotada pelo empreendimento é o de desenvolver um estudo relacionado a interligação a rede da CAESB, já implantada no trecho e a realização de melhorias na ETE Planaltina que possam viabilizar a absorção do efluente do empreendimento. Com relação a drenagem urbana, foi feita consultar a NOVACAP cuja resposta informa que não existe interferência de uma rede pública com o empreendimento e que a concessionária não tem, no momento, capacidade de atendimento para o empreendimento, mas que é apresentado a indicação de que o empreendedor deverá elaborar um projeto de drenagem pluvial completo e específico para o local. A solução adotada pelo projeto é exatamente o desenvolvimento de um projeto de drenagem pluvial, que será executado seguindo as normativas e premissas apresentadas pela concessionária pública e que será somente lançado na rede a vazão correspondente à vazão de pré-desenvolvimento do empreendimento. Com relação à infraestrutura de distribuição de energia elétrica, foi feita consulta a CEB, que informa que existe interferência com rede aérea existente na área e cuja solução do projeto é um interessado desenvolver, elaborar e aprovar junto a concessionária competente um projeto de rede de distribuição de energia elétrica. No que diz respeito a iluminação pública, é informado também pela mesma concessionária que a localidade ela já é atendida com iluminação pública nos padrões normativos da companhia. No que diz respeito aos resíduos sólidos, foi feito consulta ao SLU, cuja resposta informa que não haverá impacto significativo quanto a capacidade de realização dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos domiciliados gerados. A solução adotada pelo empreendimento é de dimensionar todo o sistema viário e a rede é armazenamento e coleta desse lixo de maneira que os equipamentos do SLU, os caminhões especialmente, possam entrar na área e fazer essa devida coleta. No que diz respeito ao sistema de transporte público, foi feita consulta a SEMOB, Secretaria de mobilidade, que informa que existem uma série de linhas já presentes na área, 25 linhas aproximadamente e que existem paradas de ônibus é que vão adequadamente atender tem capacidade de atendimento à população que vai se instalar.

Senhor Marcelo Pedrosa Pinelli (36:07)

Diagnóstico Ambiental. Identificação e avaliação dos impactos ambientais foi realizada considerando as etapas para a implantação do empreendimento, estudos preliminares, supressão da vegetação, terraplanagem, instalação da infraestrutura e ocupação. A metodologia de identificação dos impactos considerou o fluxo relacional de eventos ambientais. Neste caso, foi considerado a intervenção ou a etapa que se trata a alteração ambiental que vai ser executada e o impacto causado ao meio ambiente. Os impactos ambientais foram classificados quanto a sua natureza se positivo negativo, forma de incidência se direta ou indireta, a distributividade ou extensão, se é local ou regional, tempo de incidência imediato ou não imediato, prazo de permanência, irreversibilidade, probabilidade de ocorrência e importância. Para a fase de planejamento, verificou-se que as alterações estão relacionadas ao levantamento de informação da área e elaboração de projetos e levantamento de campo. Os principais impactos causados são todos relacionados ao meio socioeconômico e refere-se ao aumento do conhecimento científico, geração de expectativa, aumento de arrecadação tributária e valorização imobiliária da região. Os impactos identificados nessa etapa são positivos e imediatos. O aumento do conhecimento científico apresenta permanência permanente, enquanto os demais impactos são temporários. Na etapa de supressão da vegetação, verifica-se como principais alterações a alteração da paisagem e a movimentação de máquinas e equipamentos. Essas ações provocam um impacto de redução da cobertura vegetal, ocorrência de processos erosivos, aproveitamento da fauna, elevação do nível de ruído e alteração da qualidade do ar. Esses impactos são negativos, imediato e locais. A redução da vegetação e afugentamento da fauna apresenta um prazo de permanência permanente, enquanto os demais são temporários. A etapa de terraplanagem, instalação da infraestrutura, apresenta como principais alteração a compactação e a impermeabilização do solo e a movimentação de máquinas e veículos pesados. Os impactos identificados são a alteração da dinâmica as águas superficiais, subterrâneas, ocorrência de processos erosivos, geração de empregos, elevação de níveis de ruído e alteração da qualidade do ar. Esses impactos, como pode ser visto nas tabelas, são negativo, a exceção da geração de empregos locais imediatos e temporários. A etapa de obras civis e habitação apresenta como alterações ambientais a construção das residências, implantação de paisagismo e utilização dos recursos naturais. Os principais impactos são geração de empregos, novas opções de moradia, crescimento populacional ordenado, geração de resíduos sólidos e efluentes, revitalização das áreas verdes e aumento do consumo de água e energia. Esses impactos são positivos, exceto a geração de resíduo, aumento

de consumo de água, energia diretos, exceto o consumo de energia imediatos e permanentes, exceto a geração de empregos. Os impactos identificados nas etapas anteriores foram classificados e, em função do tipo de ocorrência, foram produzidos programas para a sua mitigação. No caso da alteração da qualidade do ar, é proposto o programa de controle e monitoramento das emissões atmosféricas. (?) é proposto programa de controle e monitoramento de redução de ruídos, geração de resíduos. Geração de resíduos da construção civil, é proposto um programa de gestão ambiental das obras e um plano de gerenciamento de resíduos da construção civil. Em função da vegetação é proposto um programa de controle e monitoramento ambiental das obras têm um plano de supressão vegetal e o afugentamento da fauna novamente o programa de controle e monitoramento ambiental das obras e um programa de ajustamento afugentamento e resgate da fauna. A geração de emprego e renda é proposto um programa de controle e monitoramento ambiental das obras, risco de acidente e em saúde programa de monitoramento ambiental das obras e na geração de tráfego é proposto a realização de relatório de impacto de trânsito. Considerando as informações disponibilizadas neste estudo, podemos concluir que a área situa-se em zona urbana, área situa-se em sua maior parte em área de ocupação especial de interesse ambiental ZOEIA. A propriedade é particular, conforme matrícula apresentada no estudo. Uso pretendido é semelhante ao da vizinhança. Geotecnicamente, a área não apresenta restrições à ocupação. Haverá supressão da vegetação com compensação florestal e ausência de sítios arqueológicos. Fragmentos de vegetação apresenta um bom estágio preservação, configurando-se como bons conectores de fauna. Ribeirão Mestre D'armas exerce papel fundamental na manutenção da diversidade do DF e os fragmentos prestais apresentam as melhores condições para a ocorrência da fauna e devem ser preservados. O abastecimento de água deverá ser, pelo menos inicialmente realizada por poço, o esgotamento sanitário deverá ser interligado ao sistema da CAESB. A rede de drenagem deverá ser desenvolvida pelo empreendedor e autorizado pela NOVACAP. Os impactos são tipos de atividades desenvolvidas que possuem metodologia de mitigação conhecida. Desta forma, considerando avaliações realizadas neste estudo, a equipe técnica se posicionou pela viabilidade técnica para implantação do empreendimento.

Senhora Natalia (42:25)

Oi, pessoal. Voltando para nossa transmissão, dizendo que já foi, concluído a apresentação do estudo ambiental, do RIVI, e a partir de agora, então a gente vai contar 15 minutos para intervalo a reunir as perguntas e quaisquer outras manifestações e daqui a pouco a gente está de volta. Obrigada.

(60:15)

Oi, pessoal. Retomamos aqui do nosso intervalo. É nesses 15 minutos nós não recebemos quaisquer contribuições ou perguntas. Então, a gente vai estar agora e se encaminhando aí para o nosso final, né, da nossa audiência. Mas lembrando que é, a gente vai continuar recebendo contribuições, perguntas através do e-mail da sulam@ibram.df.gov.br, no prazo de 10 dias, a contar de hoje. Então a gente queria aqui agradecer a todos que estão nos acompanhando, nos assistindo é desejar uma boa noite e até a próxima pessoal, tchau, tchau.